

Evolução e situação dos Estudos Filosóficos no Brasil

LUIZ DELGADO

A dificuldade de estudar esse tema é dupla: trata-se, em primeiro lugar, de perflustrar a quantidade crescente e já avultada dos escritos de natureza filosófica que no país se editam; e trata-se, depois, quando não de estabelecer hierarquias, ao menos de assentar algumas classificações e sistematizações que evitem ao curioso perder-se no emaranhado da florida vegetação.

Além disso, já existem hoje, realizados por bons especialistas, diversos ensaios fornecendo uma visão de conjunto do nosso esforço filosófico: desde Leonel Franca, atualizado por Lima Vaz, até Cruz Costa, Washington Vita, Arruda Campos ou Geraldo Pinheiro Machado.

De um desses autores, Luis Washington Vita, impõem-se as palavras que figuram no seu ensaio *Panorama da Filosofia Brasileira*: “a multiplicidade de formas, de sugestões e de perspectivas, senão novas ao menos renovadas, do pensamento filosófico contemporâneo, surge quase como caos, sendo difícil, para não dizer impossível, traçar o seu perfil multimodo, acentuando ora o dinâmico, ora o fenomênico, ora o biológico, ora o histórico, ora o existencial, ora o temporal (...) Essa multiplicidade das tendências filosóficas vigentes, hoje em dia, também ocorre no Brasil” (p. 107). E acentua, a seguir, “o polimorfismo e a complexidade da fisionomia filosófica brasileira convivendo no seu regaço as mais desencontradas correntes do especular hodierno”.

Diante disso, invento uma vereda para penetrar nesse mundo. Deixo de lado as doutrinas e as épocas que são os critérios habituais, relativamente seguros, para se expor o quadro das

elocubrações que correm sob a designação de Filosofia: ponho-me a pensar na atitude pessoal dos indivíduos que metem ombros à tarefa de identificar e conceituar certo quinhão ou certo tipo de verdades que não são nem religiosas, nem artísticas, nem econômicas ou utilitárias — que são filosóficas.

Mas, já aqui reponta a necessidade de um esclarecimento preliminar, porquanto um dos motivos principais das discordâncias que entre tais investigadores imemorialmente se registam, é a definição do objeto que se propõem: pensar o pensamento, para uns; coordenar os saberes científicos, para outros; analisar o fato puro da existência, para terceiros; e assim por diante. Deixemos novamente de parte essas infundas discussões e usemos o pensamento antigo a que se deu o nome novo de “cosmovisão”: o que a Filosofia pretende é fornecer uma visão total do universo, abrangendo tudo que nele se contém, principalmente o homem com as suas curiosidades e as suas angústias. Há, com efeito, indivíduos a cuja inteligência não basta criar indústrias, renovar sociedades, descobrir relações entre fenômenos: interessa-lhes primordialmente saber o que são em si mesmos e o que o mundo em que foram postos com uma consciência a arder em constante vigília entre duas sombras, os dois mistérios do nascimento e da morte. Responder a isso é o principal; o resto é especialização, detalhe, minúcia.

Pois bem: os que assim fazem, creio que o fazem por um de três grandes motivos.

Primeiro, por vocação. Não lhes resta outra saída, porque o coração não lhes pede outra coisa. É o caso longínquo e exemplar de Sócrates. Absorve-os a necessidade de saber para que vieram ao mundo, e por que sairão dele, e o que são nele. Vivem a repetir para si mesmos a pergunta da esfinge, conhecendo de antemão que a resposta banal consignada na lenda jamais conseguirá que o monstro desista e, muito menos, que morra.

Depois destes, surgem outros para quem a Filosofia é, sobretudo, justificação. Os seus objetivos, os seus cuidados verdadeiros não serão menos exigentes, mas estarão, com certeza,

voltados para outros horizontes. Ocupam-se diretamente de outras questões, questões particulares, mas as inevitáveis lógicas do conhecimento, exigindo explicações cada vez mais seguras e firmes, levam-nos a considerar questões mais largas ou mais fundas em que as primeiras estão envolvidas ou repousam. Nessa faixa, vamos encontrar físicos ou médicos — para citar dois exemplos muito freqüentes — às voltas com os problemas relativos à natureza da matéria ou da vida. E ocorre então, facilmente, uma de duas hipóteses: ou transpõem eles, sem sentir, os limites que separam uma coisa da outra, passando a confundí-las, ou vão conscientemente procurar no outro campo as respostas de que sentem falta. Esta é, a meu ver, a segunda categoria de filósofos a que me reporto: a dos intelectuais e pensadores que fazem Filosofia como justificação, explicação, fundamentação de estudos e doutrinas de outra índole.

Por fim, visualizo aqueles para quem a Filosofia é, antes de mais nada, uma profissão.

Impõe-se esclarecer que não coloco em tal vocábulo o mínimo significado depreciativo. Talvez não fosse mesmo muito difícil ajustar o seu alcance ao da palavra que anteriormente empreguei falando em uma filosofia de justificação; bastaria levar-se em conta uma nuance: a justificação é mais pessoal, ao passo que a profissão seria mais social. Num caso, é o indivíduo — digamos: o sábio, que procura estabelecer as suas concepções recorrendo a análises de natureza filosófica; no outro, é a sociedade que, para consolidar a sua cultura ou alicerçar o seu pensamento, suscita atividades que vão ser carreiras, empregos, profissões para os indivíduos. Bem pode ser que isso venha a ser apoio e estímulo para autênticas vocações, do mesmo modo que, por outro lado, não seria custoso apontar em nossa história vários nomes que chegaram a ser famosos em outras áreas culturais que se lhes abriram, afastando-se da área filosófica para que se sentiam atraídos, porque nela não lhes foram oferecidas quaisquer oportunidades.

Suponho que a Filosofia que se praticou no Brasil coincidindo com o período em que fomos colônia e que os compêndios não deixam de recensear, estava marcada por esse caráter:

era uma Filosofia ensinada nos conventos e nos colégios por sacerdotes que exerciam o ofício, a profissão de mestres. Tinham sido nomeados ou convidados para isso talvez porque fossem competentes, talvez porque gostassem, talvez porque não havia alguém mais disponível: de qualquer forma, lá iam eles atender a uma exigência da coletividade que precisava aparelhar alguns dos seus membros com aquela espécie de saber.

Integravam-se, tais profissionais, obviamente, num espiritualismo cristão que se tem confundido com a escolástica e até com o tomismo. Talvez usassem realmente o método escolástico. Na verdade, porém, o pensamento que de tal maneira se veiculou, tinha variados e imprecisos matizes — quem sabe se pela improvisação, pela indisciplina intelectual ou por alguma legítima determinação interior? Também não é justo reduzir-se tal esforço de formação filosófica àquilo que se processava no âmbito da Companhia de Jesus: outras Ordens religiosas, notadamente os franciscanos e os carmelitas, cada qual com a tradição dos seus doutores e o patrimônio dos seus compêndios, criavam os seus “estudos” — isto é: os seus cursos abertos quase sempre a estranhos e não somente aos seus clérigos; no caso particular de Pernambuco, é um tema a ser examinado ainda o que em semelhante matéria fizeram os padres da Congregação de S. Felipe Néri, os chamados Oratorianos que, mesmo em Portugal, tanto enfrentaram doutrinariamente os discípulos de Sto. Inácio.

Ao começar o século XIX, essa tradição começou a declinar — por causas ideológicas, sem dúvida, com as crises e as críticas decorrentes do naturalismo, do iluminismo e do enciclopedismo a confluírem no liberalismo, mas também por causas políticas e sociais. Os problemas da construção política do país ocuparam um lugar privilegiado nos espíritos, refletindo-se em debates jurídicos e econômicos. E o cerco feito pelo Governo às Congregações religiosas — umas, banidas, como a dos jesuítas; outras, extintas de vez, como a dos oratorianos, — veio acabando com o que, bem ou mal, o passado construiu.

Poderíamos condensar em uma frase toda essa situação dizendo que no Brasil, ao longo do século XIX, a Filosofia ins-

titucionalizada desaparece. Os indivíduos é que surgem e avultam. Com isso, modifica-se inteiramente a paisagem.

Posta, assim, a evolução de nossas atitudes filosóficas, dentro de um esquema geral que me parece justificado, tenho a impressão de que é fácil compreender-se o surto que presentemente se verifica: será consequência de uma re-institucionalização do ensino da Filosofia através de Universidades oficiais ou privadas, divulgando livros e noções entre os alunos, exigindo trabalho e produção aos professores, suscitando, em suma, um ambiente que, aliás, condiz com a intensificação de toda a nossa existência, inclusive no que se refere a empreendimentos editoriais. E é nessa moldura que se apresentam os estudiosos e se defrontam as tendências, ocorrendo uma proliferação de nomes e de esforços que é bastante simbólica e que vai passando a reclamar um trabalho crítico que não sei quando nem como estaremos em condições de efetivar. É possível, com efeito, que se andem a alternar por aí ora nomenclaturas exaustivas e indisciplinadas, ora preferências partidárias e localistas.

A primeira fase da evolução da nossa Filosofia, representada pelo ensino ministrado nos “estudos” das Ordens religiosas, identifica-se com a religião católica não somente oficial, mas, na verdade, tradicional e popular, crença comum do povo. Na mesma religião, vão assentar igualmente as doutrinas sociais e políticas de que se servirão, com algum ecletismo, os guias do período de nossa estruturação nacional, na primeira metade do século seguinte: valer-se-ão dela tanto Frei Caneca quanto Diogo Feijó, radicar-se-ão nesse terreno a poesia de Magalhães e o Direito de Autran. E haverá dessa forma um espírito comum em nossa civilização humanista, integrada na demais herança portuguesa. Assim, nas condições de nossa existência colonial e da que logo se lhe seguiu, as idéias filosóficas desempenharam bem o papel básico que lhes cumpria em nossa cultura e isso muito nos serviu, sobretudo quando entramos em uma fase diferente marcada pelo individualismo intelectual.

Nesta nova fase, correspondendo ao século XIX, quando não rigorosamente — em suas datas, ao menos em suas carac-

terísticas, vão predominar os traços que assinali como de vocação e justificação.

É como justificação que olho, por exemplo, o sério e seguro trabalho de Soriano de Souza, a continuar a linha da tradição, mas fornecendo-lhe um travejamento e um perfil especiais. Com a sua adesão ao tomismo que se rearticulava na Europa, o que ele fazia era justificar as suas posições de homem crente e cidadão atuante — jurista, jornalista e político que foi; a filosofia era para ele um elemento de segurança intelectual, ao passo que no seu quase contemporâneo Farias Brito — e a indicação suponho que servirá ao conhecimento de um e do outro — era ela, integralmente, vocação.

A diferença estará nisto: não se imagina Farias Brito fazendo outra coisa a não ser procurar uma explicação filosófica para o universo e para o homem; Soriano, porém, pode ser não somente imaginado, mas concretamente visto, a ensinar o seu Direito e debater as questões do dia tanto no jornal quanto no parlamento. Um realizava-se com o ser filósofo; o outro filosofava para esclarecer e apoiar as jornadas diversas que a sua poderosa inteligência empreendia. Não serão dois polos, mas serão, certamente, dois tipos. Resumo neles duas das atitudes, que sinto, no modo de se ser filósofo — por vocação e como justificação, e foram elas as que suponho mais frequentes na segunda metade do século passado.

Farias Brito foi um caso a bem dizer único — acrescentando com isso a singularidade, tão mal compreendida ainda hoje, de sua reação ao ambiente da época. Foi único — embora outras vocações igualmente sinceras e profundas tenham talvez existido, umas abafando-se sem qualquer saída num país sem cátedras, sem editores e sem público, e outras encontrando saídas diferentes, sobretudo na literatura ou no Direito, um Graça Aranha e um Artur Orlando, quem sabe lá? Farias Brito foi único pela persistência e fidelidade, na batalha conduzida em silêncio e com sacrifício, para coroar-se, depois da morte, com um renome que perdura e se alarga.

Soriano, porém, no seu campo, entre os pensadores para quem a Filosofia é justificação, não está sozinho. Há uma pequena multidão em seu redor. Basta citar, perto de nós, quase todos os vultos maiores da chamada Escola do Recife, a começar por Tobias Barreto.

Em todos eles ou em sua grande maioria, a Filosofia não foi mais do que o instrumento de que se valeram para objetivos diversos, entre os quais os principais eram três: reformar a compreensão e o ensino do Direito, melhorar as instituições político-sociais e examinar mais realisticamente os problemas da nacionalidade. Eu mesmo, numa ocasião em que me foi dado analisar mais de perto esse grande movimento cultural ao mesmo tempo conservador e inovador, procurei mostrar como o impulso animador da Escola do Recife era uma implantação de realismo em nossos comportamentos mentais — não importando indagar aqui a razão de ser das críticas, que fazia os seus adeptos, aos comportamentos anteriores ou alheios. No plano específico do Direito com que tanto se preocuparam, interessava-lhes “conceituar o Direito não como decorrência de um princípio abstrato, de um estado de natureza alheio à sociedade, de uma definição teológica indiferente ao tempo e ao mundo, mas como realidade dentro da vida do homem que é uma vida somente possível na sociedade e na história” (*Gestos e Vozes de Pernambuco*, p. 181).

Procurando para essa tarefa uma fundamentação filosófica, o que deparam é o evolucionismo materialista. Praticam-no e pregam-no, — como se sabe. No entanto, ocorre um sucesso curiosíssimo: à maneira que avançam em suas reflexões, põem-se eles próprios — todos eles, frise-se — a atenuar as adesões anteriores, quando não a repudiá-las. Tobias é o primeiro a fazê-lo quando confessa a Gumercindo Bessa e a Sílvia Romero que anda a duvidar das suas dúvidas... Clóvis Beviláqua defende, no fim da carreira, “uma penetração mais extensa da Moral no Direito”. Artur Orlando acha um jeito de colocar o “ideal” entre as forças da história, o que arruina os determinismos da evolução. Sílvia Romero, nos campos largos da literatura, desmantela, de vez em quando, os seus esquemas de monis-

mo. E assim por diante. E era como se, através dos seus pró-homens, essa Escola que jamais se fechou em qualquer rigidez doutrinária, voltasse a pisar os chãos tradicionais, os da opinião comum da sua gente, os de um realismo mais exato e real a cujos olhos o universo não é somente matéria, mas espírito também, o homem não é apenas determinação, mas liberdade, e a história, além de fluxo, é descoberta e criação.

Por seu lado, o positivismo, mais ou menos contemporâneo da Escola do Recife, atendeu também a esse desejo de realismo cultural. Mas, aqui, dentro da mesma palavra, há que distinguir um sistema de princípios que culminou fazendo-se religião, e uma simples tendência que alterou certos caminhos mas acabou dispersivamente. Na verdade, além de suscitar discípulos que se integraram totalmente no pensamento de Augusto Comte e dos quais são exemplos ilustres, nos dias de hoje, os Srs. Ivan Lins e Paulo Carneiro, o positivismo foi um quase sinônimo de realismo cientista a influir em largos setores de nossa mentalidade, ora fazendo da ciência o todo da investigação intelectual, ora elevando o método científico a critério da indagação filosófica.

Como se vê, em tudo isso coexistem graus e nuances a que nem é possível aludir-se aqui.

No entanto, assim como a fase anterior teve o resultado benéfico de estabelecer e fixar uma tradição, esta a que me estou referindo agora, teve uma ótima consequência que terá sido a abertura de horizontes filosóficos em todas as atividades intelectuais. Antes, a Filosofia era uma disciplina a estudar-se em seus manuais próprios, nos seminários e colégios; agora, vem a ser um esforço generalizado e corrente, desempenhado por fora de qualquer sistematização, mas, também, de qualquer formalismo; serão poucos os filósofos diplomados, mas serão incontáveis os pensadores em cuja obra se insinuam capítulos ou páginas de real sentido filosófico, entremostrando uma preocupação que não deve passar despercebida. É uma época de aventura ou de individualismo — como quiserem, porém autêntica e séria. Cada um agia por impulso próprio — e era um impulso que obedecia apenas a suas exigências interiores. Esse

fato e o de que a meditação assim realizada envolveu uma variadíssima problemática humana, refletindo os interesses intelectuais de tanta gente ilustre, marcaram viva e utilmente a nossa evolução.

Depois, chegará um tempo em que reformas do sistema de ensino criarão Faculdades de Filosofia — e alteram-se, então as perspectivas. Vários ensaios haviam ocorrido antes, seja no campo do ensino oficial colocando-se classes de Filosofia no currículo secundário, seja no do ensino particular em que se destacou a iniciativa dos padres beneditinos de São Paulo instalando uma Faculdade agregada à Universidade de Lovaina e dali recebendo mestres destacados e ativos.

É ao funcionamento de tais cursos superiores que se prende, sem dúvida alguma, o surto atualmente verificado nos estudos de Filosofia entre nós, — surto que se releva até mesmo em publicações periódicas e em congressos, o que supõe uma etapa bem mais larga do que o mero esforço de trabalhadores isolados. Admito que outras causas concorrem também para isso, algumas delas bastante amplas, fazendo-se sentir em tudo, como sejam a onímoda intensificação das nossas atividades nacionais, a febre de afirmações que anda no mundo, o desenvolvimento da imprensa e a edição e até, um tanto suspeito, o aperfeiçoamento das artes da publicidade. E não sei até onde a ausência de testemunhos críticos isentos não terá favorecido as manifestações de um solidarismo compreensível entre indivíduos que acometem uma empresa áspera e têm necessidade de ajudar-se e prestigiar-se.

De qualquer maneira, a circunstância de já se terem podido levar a cabo levantamentos como os de Luis Washington Vita, de Geraldo Pinheiro Machado e dos outros que citei no começo, denota o progresso que entre nós vai realizando o cultivo da Filosofia.

Seria conveniente e necessário, a estas alturas, firmar-se uma espécie de mapa ou diagrama das correntes que sob as ondas se desenham nesse mar no entanto (quem sabe se por falta de prazos mais longos de observação) não existem ainda,

a meu ver, coordenadas suficientes. Por mim, dentro de certo relativismo, não me custa aceitar o esquema proposto por Luis Washington Vita que distingue quatro rumos: o cientificismo e analiticismo, o culturalismo e historicismo, o idealismo e existencialismo e, por fim, o neo-tomismo e espiritualismo cristão.

Naturalmente, semelhante classificação está, como estaria qualquer outra, sujeita a reparos, e haverá figuras que não se sentirão a gosto na localização que o autor lhes atribuiu: mas, por que discutir a esse respeito, quando o mesmo ocorreria com a que pretendesse substituí-la? Talvez não prevaleçam, noutro exemplo, para aproximar o idealismo e o existencialismo, razões idênticas às que justificassem a ligação entre o culturalismo e o historicismo. E valeria a pena indagar dos fundamentos que tem o autor para dizer que “o neo-tomismo no Brasil cresce dia a dia, seja pelas cátedras cativas que possui nas seis Universidades católicas, seja pela já mencionada tradição que vem desde os idos coloniais” (*Panorama da Filosofia no Brasil*, p. 142).

A fama que tenho em círculos da paróquia, de ser tomista, deveria fazer-me rejubilar com essa afirmação... No entanto, vêm-me à lembrança as perplexidades do sábio mestre Etienne Gilson, ao dizer que não sabe ao certo o que é o tomismo que se ensina por aí a fora (*Les Tribulations de Sophie*). Se sempre foi assim — e Gilson apresenta excelentes razões —, que não se há de dizer nos dias de hoje quando não mais os simples indivíduos, mas até Ordens religiosas célebres outrora pela unidade do pensamento, preferem jogar fora todas as bússolas dos seus roteiros? Talvez a moda esteja em manter-se o rótulo de católicas em realidades marxistas ou teilhardistas. Mesmo na esfera da Teologia em que a Igreja possui uma autoridade que não possui na da Filosofia, Gilson, cuja inteligência reputo admirável, pensa que Sto. Agostinho influi mais do que S Tomás. Isto, em tempos mais tranquilos e de doutrinas mais conscientes. Como, então, concluir da existência de Faculdades católicas um crescimento do tomismo? O que existe, quando muito, é a continuidade de uma tradição espiritualista que se preparou no período colonial, que veio conosco, em nossa cultura e em nos-

so ser, e por cuja força avultam alguns tomistas, é certo, porém, avulta, muito mais, uma dispersa e irregular atividade que esperamos venha a ser fecunda, um dia. É o mesmo, aliás, que acontece à sombra das outras bandeiras: o traço menos discutível da atualidade filosófica entre nós, é a multiplicação e a variedade dos esforços, sem muita fidelidade, às vezes, à lógica de suas origens ou à de seus desdobramentos. Quem sabe, porém, se não é isto apenas a manifestação particular, acentuada pelo precário amadurecimento inscrito em nossa curta história, — manifestação local, brasileira, — de um fenômeno universal?

Então, se tiver algum fundamento o que acabo de pensar e de expor, poderemos estabelecer uma correlação que não se me afigura artificiosa e cerebrina, entre as grandes etapas de nossa existência como nação, etapas da existência geral refletindo-se no ensino e no pensamento, — entre elas e as atitudes vitais assumidas pelos indivíduos que a história e a sociedade identificam e destacam por seu labor filosófico.

A princípio, durante o período em que fomos colônia, com o ensino da Filosofia institucionalizado em colégios e conventos no âmbito da religião oficial, predomina o caráter de profissão: a Filosofia dispõe de cadeiras e de cursos mediante os quais se articula em certos meios e se dissemina por toda parte uma consciência mais nítida do sentimento e da tradição gerais. É uma situação cujo aspecto as transformações ideológicas da segunda metade do século XVIII põem-se a alterar.

Sobrevém um período correspondente à nossa história sob a monarquia e a chamada primeira república, em que prevalece na indagação filosófica a ação de indivíduos isolados, a quem move ora a vocação pessoal para tais estudos, ora o desejo de justificarem intelectualmente suas idéias e suas opções em outros campos. O benefício que tal empenho proporciona, inscrevendo-se nos progressos da nossa cultura, é uma intercomunicação muito ampla da Filosofia com a ciência, com a política, com a sociologia, com as artes, com toda a nossa atividade intelectual em suma.

Por fim, depois da revolução de 1930 a que se seguiram múltiplas reformas do ensino, renasce a institucionalização do cultivo da Filosofia, ampliando-se de modo quase explosivo as atividades a isso correspondentes ou disso dependentes. Ainda não houve prazo para o aparecimento de destacados guias, nem para a clara definição quando não de sistemas, ao menos de correntes e de escolas; talvez não haja mesmo, em grande número de casos, uma adequação bastante entre o esforço feito e a evidência interior dos fins a serem atingidos; em outras palavras: é possível que a noção de um papel social a exercer, a preocupação administrativa ou pedagógica, o cuidado de um nome ou de uma carreira, sejam mais frequentes (como é naturalíssimo) do que a obediência a alguns daqueles “daimônios” que ditaram o destino de Sócrates. Ou o de Spinosa, o de Nietzsche, ou de Bergson. Ou o de Farias Brito.

Cabe então citar aqui as ponderadas e judiciosas palavras de Geraldo Pinheiro Machado, sobre o assunto: “o espírito brasileiro, em filosofia, caracteriza-se por manifestar-se, predominantemente, em estudos de lógica e em documentos de Filosofia aplicada — filosofia da arte, filosofia política, teoria da história nacional, filosofia da ação, filosofia religiosa, etc. As obras de filosofia pura são menos numerosas. Há mal nisto, mas há também certa normalidade sadia que supõe, de resto, a valorização do espírito filosófico. Em si mesma, a tendência de avaliar os domínios do fazer e do agir é filosófico, representando o esforço interpretativo da atividade humana. Nesse sentido, é uma tendência anti-pragmática. De fato, entretanto, essa tendência é ambivalente: pode ter o presuposto de uma boa filosofia, ainda que espontaneamente, e não é tarefa desejável para nenhum povo andar inventando metafísicas sucessivas; pode, por outro lado, significar despreço pela metafísica e o desejo de filosofar sem filosofia. Encontram-se no fenômeno brasileiro componentes dos dois tipos” (*A Filosofia no Brasil*, em apêndice à *História da Filosofia Contemporânea*, de Hirschherger, p. 226).

Homenagem a Camões